

ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

INDICATIVO Nº 31 DE

DE

DE 2011

Cria a Política Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Piauí e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

- Art. l° Fica criada a Política Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho infantil no Piauí, que será executada de acordo com os objetivos e as diretrizes desta Lei.
- Art. 2º A Política Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Piauí terá os seguintes objetivos e observará, na sua execução, as seguintes diretrizes:
- I garantia de proteção integral a crianças e adolescentes, de modo a proporcionar o seu desenvolvimento físico, mental e social, em condições de dignidade e liberdade;
- II construção de ações articuladas entre o Poder Público e a sociedade civil para a garantia efetiva dos direitos das crianças e dos adolescentes;
- III atendimento por equipe especializada de forma integrada e intersetorial, para a retirada definitiva de crianças e adolescentes da situação de trabalho infantil, através das seguintes medidas:
 - a) inclusão e acompanhamento de crianças e adolescentes na rede regular de ensino;
- b) desenvolvimento de ações de assistência a crianças e adolescentes afetados por doenças e acidentes de trabalho;
- c) implementação de parcerias governamentais e não governamentais que possibilitem a inserção de crianças em atividades esportivas e culturais, complementares ao ensino regular;
- d) desenvolvimento de atividades de inclusão social e fortalecimento da entidade familiar;
 - e) inserção em programas de transferência de renda;
- IV capacitação de profissionais da rede de proteção a crianças e adolescentes através da realização de cursos e oficinas, para a difusão dos direitos das crianças e adolescentes;
- V realização de campanhas de conscientização sobre os danos causados no processo de desenvolvimento físico e psíquico pela violação aos direitos da criança e do adolescente;
- VI divulgação dos mecanismos e órgãos governamentais para a realização de denúncias das violações a direitos das crianças e adolescentes, tais como os conselhos tutelares, delegacias, Ministério Público, dentre outros;
- VII construção de um sistema de monitoramento e avaliação que permita acompanhar e fiscalizar a situação do trabalho infantil no Estado e nos municípios do Piauí, acompanhando os resultados das campanhas mencionadas na presente Lei.
- Art. 3° A sociedade civil organizada e as entidades públicas de todas as esferas de poder poderão contribuir com sugestões, informações, recursos humanos e materiais para a plena consecução dos objetivos traçados na presente Lei através da celebração de convênios, acordos e parcerias com o Poder Público estadual.



ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5° Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei.

Art. 6° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina (PI), 20 de outubro de 2011.

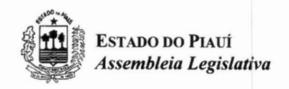
THEMISTOCLES FILHO

Presidente

1º Secretário

Mollis Depª. LIZIÉ COELHO

2º Secretário



AL-P-(SGM) Nº 327

Teresina(PI), 16 de novembro de 2011.

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminharlhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo **Indicativo de Projeto de Lei** de autoria da **Deputada Rejane Dias** que:

"Cria a Política Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Piauí e dá outras providências."

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

Dep. THEMÍSTOCLES FILHO
Presidente

Excelentíssimo Senhor
WILSON NUNES MARTINS
Digníssimo Governador do Estado do Piauí
Palácio de Karnak
NESTA CAPITAL